

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 7, de 2021)

Suprimam-se o inciso II do *caput* do art. 4º e os arts. 19, 20 e 22 e dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1º e ao inciso I do *caput* do art. 4º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 7, de 2021:

“Art. 1º

§ 1º A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União.

”

“Art. 4º

I – o pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias, ao longo do período de concessão, de quota anual, em duodécimos, à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), de que trata a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, correspondente à totalidade do valor adicionado à concessão pelos novos contratos;

”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1031, introduziu uma quantidade inaudita de jabutis. Alguns deles são muito prejudiciais para os consumidores, principalmente a contratação obrigatória de termelétricas a gás natural, que, além de encarecer a tarifa de energia elétrica, aumentará as emissões de gases de efeito estufa do setor elétrico brasileiro. Somos contra a criação de reservas de mercado na geração elétrica. A expansão da geração deve ocorrer segundo critérios técnicos, sempre tendo em vista à segurança energética, à modicidade tarifária e à proteção do meio ambiente. Por isso, propomos a retirada de todos os dispositivos do PLV que criam contratações obrigatórias de empreendimentos de geração.

Ainda em defesa dos consumidores de energia elétrica, propomos que a totalidade do pagamento que a Eletrobras fará pelo valor



adicionado à concessão pelos novos contratos seja direcionada para a CDE, de forma a abaixar a conta de luz dos lares do Brasil.

Ante o exposto, peço o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2021.

Senadora ZENAIDE MAIA
PROS/RN



SF/21202.12761-96